

PROGRAMA CALHA NORTE:

Desafios e perspectivas das ações civis de prevenção a prática de ilícitos na região de fronteira do Alto Solimões

Gheysa Daniele Pereira Moura¹

RESUMO:

O presente estudo visa dar conhecimento aos resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Programa Calha Norte: Desafios e Perspectivas das Ações Civis de Prevenção a Prática de Ilícitos na Região de Fronteira do Alto Solimões”, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Estudo em Defesa Pandiá Calógeras (IBED-IPC). Iniciado em março de 2017, o estudo visa compreender o papel do Programa Calha Norte (PCN) para redução do vazio demográfico e prevenção a prática de ilícitos transnacionais na região do “Trapézio Amazônico”. Tendo por ora caráter investigativo, e por sua natureza, o relatório encontra-se sujeito a possíveis ajustes e correções ulteriores.

Palavras chave: Fronteiras; Ilícitos Transfronteiriços; Segurança.

ABSTRACT:

The present study aims to give an account of the partial results of the research project titled “North Calha Program: Challenges and Prospects for Prevention of Illicit Practices in the Upper Solimões Frontier Region”, coordinated by the Brazilian Institute for Defense Studies Pandiá Calógeras. Initiated in march 2017, the study aims to understand the role of the North Calha Program to reduce the demographic gap and prevent the practice of transactional crimes in the region of the Amazon Trapeze. Having for the moment investigative character, and by its nature, the report is subject to possible adjustments and later corrections.

Keywords: Frontier; Transactional Illicit Trafficking; Security.

¹ Assistente Social, Pesquisadora do Programa de Serviço Voluntário do Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa Pandiá Calógeras, vinculado ao Ministério da Defesa. Especializanda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá (RJ) em 2017. email: gheysa1@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento dos casos de violência relacionadas ao tráfico de drogas em todo o Brasil, vem chamando atenção de pesquisadores e do poder público acerca da segurança nas regiões de fronteira, sobretudo no chamado Arco Norte, que compreende as faixas territoriais que encontram limites com países produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru). Pensar a segurança e as violências na região de fronteira obriga-nos a analisar o processo de produção do espaço social e da relação do homem com o território que habita, para fazermos possíveis leituras das variáveis que levam a prática de ilícitos transnacionais e como estes se configuram como riscos a soberania nacional.

Nesta fase inicial da pesquisa, buscou-se compreender o papel do Programa Calha Norte (PCN) para redução do vazio demográfico e sua relação com a construção do espaço social na região do Alto Solimões, por meio de levantamento bibliográfico e documental. A análise dos dados observou o código interpretativo de escrever, pois, “o que temos num texto são vozes contraditórias e não realidades contraditórias” (GINZBURG, 1991, p.16).

Acredita-se necessário olhar mais atentamente as políticas de ocupação da faixa de fronteira na Amazônia, e a observação de seus significados quando se pensa a produção do espaço social e as múltiplas expressões da questão social observadas na região, em especial a violência e criminalidade, que podem vir a ter rebatimentos nas ações de segurança nacional.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Estudar os territórios significa reconhecer as diversas perspectivas de análise sobre o tema, uma vez que os quadros de análise dependem diretamente do seu observador real. Nas palavras de Silva (2001, p. 11) “o ponto de vista implica um exercício de visão, o captar de um registro visual”, ou seja, cada categoria profissional que se destina a observar um território o interpreta de uma forma, possuem suas referências teóricas, sem desmerecer o conhecimento produzido por outras ciências, mas compreendendo a pluralidade acadêmica que se complementa.

Fala-se em complementariedade das ciências, pois a realidade não pode ser compreendida apenas sob uma perspectiva de análise, sua complexidade exige a admissão das qualidades e limites de cada campo científico, que se revelam fundamentais quando o investigador se destina a refletir a constituição do espaço social.

Acredita-se que no espaço social manifesta-se uma infinidade de elementos que irão lhe caracterizar os territórios e a população que o habita. Logo, está se falando da relação do homem com o território, suas produções concretas e subjetivas, e que se pode dizer irá produzir a cidade real e a cidade imaginária, bem como estabelecer o contrato social.

A perspectiva crítica de produção nos remete a transformação da natureza pelo homem de forma teleológica, onde o homem “não apenas constrói materialmente a sociedade, mas também lançam bases para que se construam como indivíduos” (LESSA & TONET, 2008, p. 19). Essa construção material e social decorre da construção do ser social e as necessidades a serem supridas para a existência do ser humano. Pode-se dizer que o espaço social está sujeito a alterações conforme a necessidade do homem em cada momento histórico.

Quando se fala em espaço social não estamos nos referindo somente a estrutura física, mas também a estrutura sociojurídica do Estado. Para Lefebvre (2013, p. 66), “o espaço social não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele compreende suas relações em sua coexistência”. Pode-se dizer que o espaço social irá determinar tanto a organização política e econômica dos Estados Nacionais, como as relações sociais e culturais.

No estudo da produção do espaço social na Amazônia, não se pode desconsiderar as diferenciações humanas, político-sociais e econômicas. Observa-se dois grupos populacionais coexistindo, os chamados indígenas e os não-indígenas, que se relacionam distintamente com o território desde o período colonial.

Para os indígenas, o território que habitam representa o que há de mais importante, significa a continuidade de seus hábitos, tradições e cultura. Havendo uma relação mítica da terra com os ancestrais e as suas divindades. O espaço social criado pelos indígenas visa a harmonia da comunidade com a natureza, ou seja, o respeito ao território significa a sustentabilidade da própria população indígena.

Para o homem não-indígena a relação com o território que habita se limita, muitas vezes, a uma relação de produção para fins dominação política, econômica e social, o espaço social é criado de forma a proporcionar o comércio e gerar lucro. Não se ignora que as comunidades indígenas foram influenciadas pelo espaço social criado pelos não-indígenas. Alguns indígenas passaram a viver nas cidades, outros conservaram muitas de suas tradições e continuam vivendo aldeados, mas relacionando-se com os não-indígenas, ou isolados.

Quando observamos as cidades amazônicas, identificamos de imediato o que Benchimol (1999, p. 14) chama de “complexo cultural, com fortes elementos indígenas, europeus, brasileira de todas as regiões do país”. Chama-se atenção do grande número de migrantes da região Sul do país, que se deslocaram para o Amazonas incentivados pela política expansionista do regime militar, com destaque para o Programa Calha Norte, concebido como projeto no escopo dessa política expansionista. Esse complexo cultural influencia diretamente na produção do espaço social na região de fronteira do Alto Solimões, e na forma como o homem que habita a região procura suprir as suas necessidades humanas.

3. A OCUPAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO ALTO SOLIMÕES

Entende-se que a construção das fronteiras brasileiras se deu a partir do processo de produção do espaço social, compreendendo não apenas uma delimitação cartográfica, mas também aspectos políticos, sociais e culturais que diferencia os povos de cada Estado Nação. Uma vez que se entende as regiões de fronteira como espaços híbridos, em que além dos limites espaciais, são definidos limites baseados em interesses relacionais de convivência, de troca intercultural e comercial nestas regiões.

Sabe-se que a demarcação das fronteiras amazônicas ocorreu de forma diferenciada, como aponta Meireles Filho (2004, p. 144-145) uma vez que “contou com apoio integral do governo brasileiro para sua instalação, e as terras já eram habitadas pelas populações originárias”. Evidente que a própria história demonstra ser o domínio territorial motivo de grandes conflitos entre nações, sendo a proteção das fronteiras uma preocupação constante de todos os Estados Nacionais, principalmente quando se

verifica grandes extensões de terra com baixa densidade demográfica, como é o caso das fronteiras amazônicas.

As fronteiras brasileiras são divididas em três grandes faixas territoriais, denominadas de Arco Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima); Arco Central (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); e Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Neste particular vamos nos centrar no Arco Norte, cujo o território brasileiro faz divisa com os países da Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana Inglesa, Suriname e Guiana Francesa.

A região do Alto Solimões, no oeste do Amazonas, localiza-se no faixa de fronteira denominada Trapézio Amazônico, onde se encontram os limites territoriais do Brasil, Colômbia e Peru. “Na região do Trapézio Amazônico habita uma população heterogênea, de aproximadamente 150 mil pessoas, formada por diferentes grupos étnicos locais, mestiços e migrantes andinos” (D. BALIEIRO & NASCIMENTO, 2015, p. 87). Toda essa população concentrada nas cidades de Cabo Caballocha e Islândia (Peru); Puerto Nariño e Letícia (Colômbia); e Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga (Brasil).

A referida região vivenciou grandes conflitos territoriais até a demarcação dos limites territoriais de Colômbia e Peru no ano de 1934. Todavia, a situação de tensão no Trapézio Amazônico nunca deixou de existir, pode-se dizer que os fatores tensionadores se modificaram no curso da história, influenciados pela situação sócio-política e econômica da região.

Durante a década de 1980 a falta de controle de entrada e saída de mercadorias e estrangeiros, principalmente colombianos e peruanos, ao longo dos 6.771km de fronteira, representava o elevado risco para o Brasil. Levando o governo brasileiro a implementar em 1985, dentro da Política de Desenvolvimento e Integração da região Amazônica, o Projeto Calha Norte.

De acordo com um relatório da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SGCSN), intitulado “Projeto Calha Norte: A fronteira do futuro” de 1991, o Estado brasileiro reconhecia a sua “ausência nas fronteiras da região Norte do país, sendo consideradas regiões prioritárias e preferenciais para as ações de planejamento para o desenvolvimento e proteção do Brasil” (SGCSN, 1991, p. 1-3).

O Projeto Calha Norte, quando concebido, objetivava “aumentar a presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região”. (SGCSN, 1991, p.03). Dessa forma, o espaço social do Alto Solimões, se apresenta com uma forte influência militar, uma vez que muitas vilas surgiram para abrigar a família dos militares destacados para servir na região.

O espaço social produzido, não se caracteriza apenas pela relação de consumo ou mítica com a terra, apresenta elementos comuns a vida militar, todavia, mesmo com essa forte influência militar, observa-se o aumento de ilícitos transfronteiriços ou transnacionais. “A região do Trapézio Amazônico, possui importância estratégica para o transporte da pasta base produzida na Colômbia e no Peru” (BALIEIRO & NASCIMENTO, 2015, p.90). Para muitos estudiosos em segurança pública e defesa, a região do Alto Solimões pode ser considerada o ponto mais sensível de entrada de cocaína no Brasil, razão pela qual vem sendo constante objeto de discussões governamentais de planos de segurança.

Hirata (2015, p. 30) aponta “que um dos problemas associados às fronteiras que vem ganhando a proeminência nas últimas décadas, relaciona-se ao tráfico de drogas, o tráfico de armas e, conseqüentemente, os homicídios relacionados a prática desses ilícitos”. Evidente que o tráfico de drogas e armas não são os únicos ilícitos transfronteiriços, nem uma produção deste momento histórico, no entanto, na atual conjuntura, ganha novos contornos, apresentando-se como uma expressão da questão social que se recrudescer, colocando em risco tanto a segurança da população quanto a soberania nacional, pois alteram a forma como o homem produz o espaço social e a forma como homem procura suprir suas necessidades.

Considerando a extensão geográfica, as particularidades geopolíticas do Trapézio Amazônico, e os recursos humanos disponíveis para proteção da região, bem como os novos paradigmas de tensão entre os países vizinhos, a articulação entre a Política de Segurança Pública e a Política de Defesa Nacional passou a ser uma realidade na faixa de fronteira. Atribuindo ao Programa Calha Norte outra perspectiva para suas ações.

Conforme informações disponíveis em sítio eletrônico oficial, de 1985 a 1990 o Projeto Calha Norte esteve vinculado a diversos órgãos federais ligados a Presidência

da República. A partir de 1999 passou a ser subordinado ao Ministério da Defesa. Devido sua abrangência, no ano de 2004 foi reformulado e transformado em Programa Calha Norte (PCN). Além da ampliação de sua área de abrangência, se desprende um pouco mais de sua característica eminentemente militar, e passa a desenvolver ações de garantia da cidadania a população da região. São ações desenvolvidas por meio de parceria com órgãos e instituições da administração direta e indireta nos três níveis governamentais, e que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim sendo, tomando por base os estudos de Segurança Pública, pode-se dizer que a manutenção do PCN representa não apenas um mecanismo de proteção territorial e de ocupação espacial do Alto Solimões, mas também um instrumento de acesso a cidadania para a população, que pode ser interpretado como ações primárias de prevenção a criminalidade local e transfronteiriça devido a pluralidade de ações.

4 NOTA CONCLUSIVA

Debater a violência oriunda do ilícito transfronteiriço, exige do pesquisador a compreensão da produção do espaço social, que irá determinar os limites subjetivos dos territórios nacionais. A pesquisa em desenvolvimento revela uma vasta bibliografia sobre a relação do homem com o território e a produção do espaço social.

No que tange ao processo de produção do espaço social na Amazônia, nota-se a forte influência indígena, europeia, e a participação efetiva das Forças Armadas na colonização da região do Alto Solimões, que também contribuíram para matizar as cidades fronteiriças. As carências econômicas e de acesso à cidadania influenciam a migração da população para os grandes centros urbanos, o que amplia o vazio demográfico e coloca em risco a segurança na faixa de fronteira.

Observa-se que desde a década de 1980, os ilícitos transfronteiriços, em especial o tráfico, preocupa os governos brasileiros. O que levou em 1985, no âmbito da Política Expansionista dos governos militares, a ser desenvolvido o Projeto Calha Norte, a princípio com o objetivo de ocupar para defender, mas que diante das transformações conjunturais que tornaram a região mais vulnerável a prática de ilícitos transnacionais, em 2004 foi reformulado e ampliado passando a ser reconhecido como Programa Calha Norte (PCN).

Acredita-se que os ilícitos transnacionais e o aumento da violência na região do Alto Solimões, podem ser interpretados como um novo paradigma de conflito entre os Estados Nacionais que compõem o Trapézio Amazônico, uma vez que as disputas pelo comando da região por facções criminosas e carteis de drogas, colocam em risco a soberania nacional na região.

Portanto, considerando a dinamicidade histórica da sociedade, pode-se dizer que, apesar da presença dos equipamentos militares, a região do Alto Solimões ainda apresenta um grande vazio demográfico, que na atual conjuntura, favorece o recrudescimento da violência em virtude dos ilícitos transfronteiriços. Incidindo diretamente na forma como o homem amazônico irá produzir o espaço social em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRASIL, República Federativa do. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer: EDUA, 1999.

Convênios: Normas e Instruções - 1ª Edição/2016. Calha Norte, Programa / Secretaria Geral/ Departamento do Programa Calha Norte. Brasília, 2016, 122p.

D. BALIEIRO, Luiz Felipe de Vasconcelos. NASCIMENTO, Laura Rodrigues. **Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as Implicações com o Narcotráfico**. In: Textos & Debates, nº 26. Boa Vista, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O Inquisidor como Antropólogo: Uma analogia e suas implicações**: In: A micro história e outros ensaios. Lisboa, Difel, 1991.

HIRATA, Daniel. **Segurança Pública e Fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”**. In: Revista Ciência e Cultura. Vol. 67, nº2, 2015, p. 30-34.

LEFEBVRE, Henri. **La Produccion del Espacio**. México: Capitan Swing, 2013.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Cortez, 2008.

Programas Calha Norte. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte> Acesso em 05 Jan 2017.

SGCSN – Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. **Programa Calha Norte a Fronteira do Futuro 1986-1991.**

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos.** São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Col: Convênio Andrés Bello, 2001.